

CAPÍTULO V

A EDUCAÇÃO COMO PROTAGONISTA E DETERMINANTE PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL DE MULHERES E MENINAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Cleverson Fernando Salache
Mestre em Desenvolvimento Econômico
Doutorando em Educação
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Juliane Sachser Angnes
Doutora em Educação
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo V

A educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade¹

Introdução

Otimizar reflexões acerca do fenômeno multifacetado da prostituição é adentrar no seu espaço histórico e simbólico, no sentido de revelar, principalmente, a importância da educação no desenvolvimento e cidadania de meninas, que por circunstâncias diversas, vivenciam essa situacionalidade de vitimização e exploração sexual.

Outrossim, com intuito de desvelar processos educativos consolidados, na trajetória de vida e militância de mulheres, que conseguiram deixar o trabalho sexual, por meio do acesso à educação, a qual possibilitou a emancipação social dessas pessoas, este trabalho constitui-se como um recorte da tese de doutoramento², ainda em andamento, desenvolvida no programa de pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

Dessa maneira, evidencia-se tensionar as concepções que concorrem e acumulam os sedimentos históricos e culturais que impulsionam o silenciamento em nossa sociedade das mulheres e meninas, tendo em vista as nuances relacionadas a exploração sexual destas, com a intencionalidade de pensar sobre os desafios e aparatos de proteção a essas pessoas, que se envolverem nessa complexa realidade, na perspectiva de empoderá-las, para

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, C. F.; ANGNES, J. S. A educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade. In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1 Ed. Guarapuava/PR: Editora Apprehendere, 2023, p. 93 - 110. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.5.

² O professor Cleverson Fernando Salache é doutorando (2a. Turma, 2022-2026), no programa de pós-graduação em Educação (Ppge-Unicentro), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, sob orientação da professora Dr^a Juliane Sachser Angnes. Para saber mais sobre o programa, acessar: <https://www2.unicentro.br/ppge/>.

que possam deixar essa situação de vulnerabilidade social.

Com o propósito de dialogar sobre as possibilidades de efetivarmos ações para enfrentamento dessa prática da exploração sexual, cita-se como um indicar exemplificativo de desenvolvimento de atividades no âmbito profissionalizante e educacional, que tem como público-alvo, pessoas em situação de vulnerabilidade social, o "Projeto³ Jornada da Ideia", elaborado pela equipe gestora do Cilla Tech Park (CTP⁴), e coordenado pela equipe técnico-pedagógica do CTP⁵, desenvolve ações pontuais na esfera educacional que poderá impulsionar a emancipação social de mulheres e meninas, dentre elas, aquelas que estão em situação de prostituição.

Nesse sentido, compreendendo a educação como um fator determinante, para se vivenciar o mundo e atribuir sentido a si, aos outros e ao vivido (FREIRE, 1970; FIORI, 1986), o processo de educar-se, quando protagonizado por mulheres em situação de prostituição, possibilita o desvelamento de autoimagens e o desfecho de representações negativas, que são construídas em torno dessas pessoas, como estereótipos depreciativos, comumente veiculados sobre elas.

Isto posto, pelo acesso à educação, o ser humano é capaz de "criar uma diferença" e "atuar de outro modo socialmente", influenciando o curso de eventos preexistentes em sua vida, que permeava a marginalização social e que pelos processos educativos consolidados, no exercício da aquisição do trabalho formal, permite a sua emancipação socioeducacional, sociolaboral e socioeconômica.

³ O "Projeto Jornada da Ideia", apresenta entre os seus parceiros de apoio, a Prefeitura Municipal de Guarapuava, o Núcleo Regional de Educação de Guarapuava (NRE-SEED/PR), Secretaria de Desenvolvimento e Inovação do Município de Guarapuava, a Secretaria da Mulher e o Celeiro de Inovação-CTP. O Cilla Tech Park reúne um dos ambientes mais inovadores do Brasil e do Mercosul. Entre os objetivos do CTP, estão o desenvolvimento de novas ideias, que possam gerar o acesso a empregos e a empresas, formando capital humano de alto nível, sempre respeitando o meio ambiente e promovendo a inclusão social.

⁴ Cilla Tech Park (CTP) está localizado na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, que tem como objetivo atrair e desenvolver iniciativas empreendedoras de cunho educacional inovador e tecnológico, para promover o desenvolvimento sustentável de Guarapuava e região, gerando empregos e oportunidades, e promovendo a inclusão social da população menos favorecida.

⁵ O Cilla Tech Park (CTP), está sendo viabilizado dentro do Bairro Planejado Cidade dos Lagos (Cilla), em uma área de três milhões de metros quadrados. Neste momento, o CTP já é uma das 18 unidades pré-certificadas pelo Sistema Estadual de Parques Tecnológicos do Paraná, o Separtec, uma metodologia singular estruturada pelo Governo do Estado do Paraná. O CTP é gerenciado por uma associação de direito privado sem fins lucrativos, fundada no segundo semestre de 2020 por 13 organismos com forte presença no Centro-Sul, entre universidades, empresas e entidades de classe. O CTP está localizado na Avenida Professora Laura Pacheco Bastos, no. 140. Bairro Primavera, Guarapuava - PR, CEP.: 85053-525. Disponível em: <https://cillatechpark.com.br/conheca/>. Acesso: 22 set. 2021.

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa, intenciona-se "dar voz", aos sujeitos participantes deste estudo, as mulheres que conseguiram deixar o fazer prostitucional, pelo acesso a diferentes ações educativas, promovidas por atividades relacionadas às áreas de educação e cultura, além da promoção de saúde e bem-estar social, que resultaram na qualificação profissional dessas mulheres e que incidiu diretamente, no seu ingresso e permanência no mercado de trabalho formal. Logo, essa inserção laboral pode ser entendida como uma resposta estruturada, para a inclusão social dessas mulheres e o reconhecimento das identidades de gênero.

Acerca da investigação das contribuições da educação, na abrangência do referencial teórico-metodológico de desenvolvimento dessa pesquisa, no que tange, as considerações dos pesquisadores, relacionadas ao êxito ou insucesso do "Projeto Jornada da Ideia", propõe-se, observar a aplicabilidade deste projeto, com as meninas adolescentes, estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, que participarão do "Projeto Jornada da Ideia", no ano letivo de 2022.

Dessa forma, a realização da pesquisa em tela, está relacionada as interfaces da inclusão social, da educação e dos Direitos Humanos, na perspectiva de efetivarmos a construção de redes solidárias que possibilitarão que mulheres e/ou meninas adolescentes em situação de prostituição, deixem o contexto de vulnerabilidade social e osem ilustrar seus sonhos, favorecendo a promoção da autoestima, confiança e a assunção do cuidado de si.

Outrossim, ressaltamos, que o desenvolvimento dessa pesquisa, contribuirá para que meninas adolescentes, estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob⁶ - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio⁷ - Ensino Fundamental e Médio, possam participar do "Projeto Jornada da Ideia", interagindo com todas as pessoas integrantes do projeto, com intuito de descortinar e entender, se os processos educativos consolidados pelo projeto, são exitosos, a ponto de impulsionar essas jovens para um contexto de reflexão crítica sobre a importância da educação, do cuidado com a saúde do corpo e que "seus corpos não são algo negociável".

⁶ Localizado na Rua João Fortkamp, no. 1100. Bairro Primavera, Guarapuava - PR, CEP.: 85050-350.

⁷ Localizado na Rua Padre Jandir Luiz Ferrari, no. 700. Bairro Xarquinho, Guarapuava - PR, CEP.: 85053-440.

A partir dos sujeitos participantes desta pesquisa, as estudantes dos Colégios Estaduais suprarreferidos e tendo em vista o seu tema de abordagem, o estudo proposto almeja indicar e refletir, sobre quais são as dificuldades encontradas para acesso ao mercado formal de trabalho para mulheres e adolescentes⁸ (jovem aprendiz), e como isso incide, diretamente, na perpetuação da exclusão social desses seres humanos, ocasionando o aumento da informalidade laboral, da violência de gênero, na esfera da agressão física, psicológica, sexual ou simbólica, devido à identidade de gênero ou orientação sexual.

A relevância deste estudo para o campo do conhecimento no âmbito da educação, se faz presente nas suas relações em termos de intertextualidade, com os saberes desenvolvidos pela ciência e pela inovação na formação humana, além da área de concentração em educação. Pois, o desenvolvimento de pesquisas na Academia, propostas para ouvir os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de prostituição, pautados no diálogo, visando desvelar os significados que essas mulheres atribuem, a importância do acesso ao processo educativo, que permeia os direitos sociais, humanos e o direito à vida, para o enfrentamento à exploração sexual de adolescentes e mulheres, particularmente no Brasil, ainda não se findou, há constatação de aspectos lacunares em estudos desenvolvidos, como o proposto neste trabalho.

A importância da educação para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade

A pesquisa em tela aponta a necessidade de debatermos sobre o silenciamento frente as violações de direitos à educação e à vida digna de

⁸ Jovem Aprendiz ou Aprendiz Legal, é uma lei (o programa de trabalho Jovem Aprendiz é regulamentado pela Lei no. 10.097/2000, que determina que as empresas incluam formalmente jovens no seu quadro de funcionários por meio de um contrato de trabalho com duração de 11 a 24 meses), que estabelece que empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A porcentagem de aprendizes dentro das organizações varia entre 5% e 15%. O programa tem como objetivo a inclusão social de jovens no mercado de trabalho, visando o desenvolvimento de competências teóricas e práticas que auxiliem na preparação para o mundo do trabalho. Esse projeto beneficia tanto quem quer conquistar o primeiro emprego quanto as empresas. De um lado, aprendizes têm a oportunidade de se desenvolver profissionalmente e conseguir uma primeira experiência, além de cursos complementares e aprendizados práticos em relação às rotinas de trabalho. Por outro lado, as empresas ajudam a disseminar sua cultura empresarial, preparar novos talentos para o mercado de trabalho, além de auxiliar na educação, qualificação e inclusão social dessas pessoas. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog-do-emprego/jovem-aprendiz>. Acesso: 05 jan. 2023.

pessoas, especificamente, do gênero feminino, no que tange à temática prostituição, tendo em vista, fatores como a evasão e o abandono escolar, que se tornam indicadores significativos na trajetória de vulnerabilidade social que perpassa mulheres e meninas, em situação de exploração sexual, cenário este, em que está a prostituição. E desse exercício crítico:

Pensamos as justificativas sobre a evasão escolar implicadas no cálculo do risco. Trata-se do "risco-probabilístico", que, segundo Mary Jane Spink (2008), diz respeito a previsibilidade de como se começa determinado evento. Logo, a prostituição estaria no final de uma cadeia de eventos iniciada com a evasão ou abandono escolar no curso de uma trajetória de vida. Ora, o sujeito que vivencia o fenômeno da evasão ou abandono escolar, no presente, se tornaria um "risco-perigo", para o futuro, dada a possibilidade de se inscrever em tramas discursivas pautadas pela lógica do desvio social frente ao normativo e, a convergir, assim, para a sua (in)governabilidade pelas instituições e especialistas, segundo Ana Molina (2014; 2015), (MOLINA, 2021, p. 942).

O objetivo geral é mostrar a importância do investimento na educação visando a promoção da cidadania e da capacidade de emancipação social do ser humano. Logo, a educação promove a capacidade feminina de defender seus direitos, tendo em vista, que a cidadania implica acesso ao conhecimento. Logo, frequentar a escola é uma forma de empoderamento socioeconômico e emancipação social, pois:

Ir para a escola significa aprendizagem para a vida, capacitando a pessoa a adaptar-se e modificar-se. O investimento em educação é necessário e fundamental, porque não somente permite a emancipação, mas traz vários benefícios a quem tem acesso a ela. No domínio da educação, a tarefa mais importante consiste em transpor os grandes ideais universais e sociais para a vida cotidiana e concreta do homem (SUCHODOLSKI, 1984, p. 121).

Dessa forma, a aplicabilidade de ações no âmbito da formação educacional e socioprofissional, que promovam a cidadania, a garantia dos direitos humanos e a emancipação social das mulheres em situação de prostituição, são iniciativas fundamentais para banir constantes conflitos e controvérsias que permeiam a exploração sexual feminina de crianças, adolescentes e mulheres adultas. Diante de tais circunstâncias, destaca-se que

os dados de exploração sexual feminina são alarmantes:

O número pode chegar a pelo menos 100 mil crianças e adolescentes explorados sexualmente, conforme levantamento divulgado em 2001 pelo UNICEF, a situação brasileira figura como uma das piores do mundo. Só é superada pelos Estados Unidos, Índia e Tailândia (IMPERIANO et al., 2004, p.1).

Assim, torna-se relevante averiguar as concepções e motivos inerentes à exploração sexual feminina, demarcada geograficamente no bairro⁹ Xarquinho (na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná/Brasil, localizado às margens da PR-466, rodovia de acesso aos municípios de Turvo, Pitanga, entre outros), o qual abriga cerca de 15 mil pessoas e também, de mulheres em situação de prostituição, que residam no bairro Primavera (na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná/Brasil, localizado às margens da PR-466 e vai até a marginal da BR-277), que possui, aproximadamente, 7 mil habitantes, segundo o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). E vale sublinhar que estas são regiões que apresentam carência social, de modo que:

A falta de estrutura familiar é um dos fatores constantes na exploração sexual de menores. Muitas meninas já sofreram algum tipo de violência ou abuso sexual vindo de sua própria família e acabam fugindo para as ruas. Ao ganharem as ruas, em muitos casos, e com o passar do tempo, perdem os vínculos com a casa e com a família, seduzidas pelos atrativos efêmeros desse local (REBOLHO & FERNANDES, 2020, p. 123).

Assim, averiguar os mecanismos institucionalizados de integração local, que são empreendidos para auxiliar as mulheres a se emanciparem socioeconomicamente, evitando com que estas, se insiram em situação de prostituição, nos desafia a pesquisar e tentar responder, se há uma política

⁹ Justifica-se, a escolha dos bairros Xarquinho e Primavera porque eles estão na abrangência territorial do Empreendimento Cidade dos Lagos, complexo do Cilla Tech Park (o qual desenvolve o “Projeto Jornada da Ideia”), que por meio dos seus parceiros, atores do poder público, privado e do terceiro setor, instalados em Guarapuava, intermediarão a iniciativa no âmbito do desenvolvimento de ações, de/para formação educacional inovadora e tecnológica, como atividades empreendedoras que possam gerar oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, de mulheres que estejam em situação de prostituição, com vistas a sua emancipação social e que residam no bairro Xarquinho e bairro Primavera.

pública de formação educacional e/ou comunitária concreta de integração, que impulse a emancipação social dessa população feminina, e que possibilite desconstruir os discursos responsáveis pela exclusão e discriminação desses seres humanos, cessando o ciclo da vulnerabilidade e marginalização, que causam a invisibilidade histórica identitária das mulheres no ramo prostitucional, tendo em vista, as representações sociais dos discursos que se constroem sobre elas.

Pretende-se dessa forma, compreender como o desenvolvimento de políticas públicas e políticas sociocomunitárias (na existência dessas políticas), contribuem para o processo de emancipação social dessas mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade e prostituição, atribuindo a elas o empoderamento feminino com dignidade identitária e pertencimento social. Pois, principalmente, no que se refere as meninas:

A Lei Federal nº. 8.069, de 13 de junho de 1990, no Brasil, aprovou o ECA, cujo estatuto substituiu totalmente o código de menores de 1979 e representou uma ruptura com a doutrina da situação irregular, na medida em que instituiu mudanças substanciais no tratamento dado às crianças e adolescentes. Segundo Saliba (2006), os princípios do ECA entendem que não são as crianças ou adolescentes que estão em situação irregular e sim as condições de vida a que estão submetidos. A criança e o adolescente passam a ser visto como pessoas em desenvolvimento e as pessoas que são destinadas à operacionalização das medidas impostas têm o papel de proteger e de garantir o conjunto de direitos e educar, inserindo-os na sociedade. A responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança e do adolescente é da sociedade e do estado (REBOLHO & FERNANDES, 2020, p. 123).

Assim, a metodologia de desenvolvimento dessa pesquisa, consta de revisão bibliográfica na área da educação e interdisciplinar, bem como, análise de instrumentos nacionais e internacionais, banco de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas, no âmbito da ONU Mulheres, entre outros materiais que abordem mulheres e meninas em vulnerabilidade social, e particularmente, em situação de prostituição, no contexto brasileiro, especificamente, no Estado do Paraná e na abrangência do município de Guarapuava (PR). E assim, tal quadro nos faz rememormos que:

As perspectivas ainda são sombrias para as mulheres em relação à educação. Segundo relatório da ONU (2018), "quase 16 milhões de meninas de 6 a 11 anos no mundo nunca irão à escola; o número é duas vezes maior que o de meninos; Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aulas". O relatório enfatiza que as meninas são as primeiras a ter negado o direito à educação e destaca ainda que a desigualdade é maior nos Estados Árabes, na África Subsaariana e na Ásia Meridional e Ocidental. Os números são estratosféricos: Na África subsaariana, 9.5 milhões de meninas nunca entrarão em sala de aula. A situação é trágica na Ásia, porque cerca de 80 por cento das meninas que estão atualmente fora da escola nunca receberão educação formal, o que equivale a aproximadamente 4 milhões. [...] A jornalista e escritora Adriana Carranca relatou que "o Brasil tem o maior índice de violência contra a criança e ao adolescente no mundo, abuso físico, sexual, psicológico, e todas essas formas de violência, afetam mais as meninas", (SOUSA, 2021, p. 29-30).

Em vista disso, a metodologia de pesquisa está pautada na intersubjetividade, na qual a pessoa proponente da pesquisa, dá forma e início à investigação, por ter contato com os sujeitos participantes da pesquisa, tendo em vista, os integrantes multiplicadores do "Projeto Jornada da Ideia", do Cilla Tech Park (CTP), o que requer disponibilidade para ser acolhido, para participar e estar junto ao outro, demandando tempo, paciência e convivência (OLIVEIRA et al., 2014; OLIVEIRA: STOTZ, 2004).

Trata-se, portanto, de um estudo descritivo exploratório, desenvolvido com as adolescentes estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, participantes do "Projeto Jornada da Ideia", na intencionalidade de compreender e observar, se os processos educativos consolidados pelo projeto são exitosos para a impulsionar a emancipação social e o empreendedorismo das participantes, evitando com que estas, possam vir a prostituir-se. Sendo que:

A prostituição infanto juvenil está calcada na comercialização do corpo como coerção ou escravidão ou para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Destaca-se ainda a necessidade de ações sociais, aí incluindo as da saúde coletiva, para que o tema não fique nas hipérboles dos discursos e dos

números; transforme a fala em atitude (GOMES, et al., 1999, p. 171).

Destarte, uma metodologia¹⁰ de pesquisa participativa e coerente com os princípios da educação, centram o fazer desta pesquisa, pois visa à construção de "uma forma partilhável de compreensão da realidade social" (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54). Nesse sentido, o conhecimento científico e o popular devem articular-se criticamente, engendrando um conhecimento novo e transformador, que possam contemplar informações e dados sobre políticas públicas e políticas comunitárias, viabilizadas para a emancipação social de mulheres, na especificidade do empoderamento feminino, como ato de conceder o acesso à educação, ao trabalho, a saúde, ao lazer, a cultura e participação social às mulheres, que vivenciam a realidade supracitada.

A análise dos dados será realizada de forma quanti-qualitativa, enfocando-se os relatos das entrevistadas e a otimização dos resultados, respaldar-se-á, com base na literatura pesquisada. As informações quantitativas serão retratadas no texto-roteiro, intencionando-se fazer uma caracterização do grupo pesquisado. Pois, o desenvolvimento da metodologia da pesquisa em tela, tem como ponto de partida, portanto, uma revisão bibliográfica, que abrange temáticas como Educação, formação educacional, inovação, tecnologia, acesso ao mercado de trabalho formal, saúde, direitos humanos e a situacionalidade de ocorrência de prostituição, de mulheres e meninas na contemporaneidade, em específico, na cidade de Guarapuava (PR/BR).

Por conseguinte, a Educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano, e um conjunto de normas jurídicas corroboram com tal afirmação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB, Lei nº.: 9394/96), afirma que "é direito de todo ser humano o acesso à educação básica", assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que

¹⁰ Pretende-se utilizar o método de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, utilizando-se o roteiro, com prévia autorização das participantes da pesquisa e/ou dos seus responsáveis, sendo assegurados imediatamente, o anonimato e a privacidade de cada uma das participantes, resguardando-lhes o direito, inclusive, de não concluírem a entrevista, se assim o desejassem. Manzini (2004), afirma que este tipo de entrevista faz uso de um roteiro previamente elaborado e ao longo do contato "entrevistador-entrevistado", é possível que surjam novos questionamentos complementares. Essa tipologia de entrevista, apresenta uma versatilidade e uma aplicabilidade em diferentes contextos e sujeitos, já que não necessita nível de escolaridade e, como de hábito, os sujeitos entrevistados, tem alguma relação com o objeto pesquisado.

estabelece que "toda pessoa tem direito à educação". E nessa perspectiva, abordamos ainda que:

Há 30 anos, tornou-se lei internacional a "Convenção Sobre os Direitos da Criança", promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste período, houve avanços, embora tímidos, na redução da pobreza de crianças e adolescentes e sobretudo no acesso à escola. O documento enfatiza que governos, políticos e educadores, líderes comunitários, pais e as próprias crianças, promovam uma revolução na/pela educação (SOUSA, 2021, p. 32).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a partir dos seus estudos, verificou que a educação é um fator diferencial, uma vez que através dela, as pessoas têm maiores chances de conseguir trabalhos qualificados, além de possibilitar a participação ativa dos seres humanos na vida democrática, atrelada ao pleno conhecimento dos seus direitos e deveres, bem como, usufruir dignamente dos mesmos e à vista disso:

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2018) aponta a pobreza, o isolamento geográfico, gravidez precoce, incapacidade, violência baseada em gênero e atitudes tradicionais sobre o status e o papel das mulheres, como os obstáculos que impedem as mulheres e meninas exerçam plenamente seus direitos de participar, completar e se beneficiar da educação (SOUSA, 2021, p. 30).

Em conformidade com as informações coletadas pela jornalista Maria Luiza Parisotto¹¹, do jornal online "Primeira Pauta", em 2018, mais de 40 milhões de pessoas vivem em situação de prostituição no mundo. A exploração sexual movimentava mais de nove bilhões de dólares, perdendo apenas para o mercado da arma e do tráfico. Cerca de dois mil pontos de exploração sexual estão espalhados pelo Brasil e quase 20%, dos municípios vivem essa realidade. O país com maior exploração sexual na América Latina é o Brasil, e cerca de 75%, dessas pessoas em situação de prostituição são mulheres entre 13 e 25

¹¹ Informações transcritas da página eletrônica do Jornal "Primeira.Pauta", com a matéria intitulada "Prostituição vivida na pele", escrita pela jornalista e colunista, Maria Luiza Parisotto, publicada em 5 de junho de 2018. Disponível em: <https://primeirapauta.ielusc.br/2018/06/05/prostituicao-vivida-na-pele/>. Acesso: 22 set., 2021.

anos e 90% delas, estão ligadas a cafetões. Dessa forma, se torna emergencial discutirmos sobre a temática em voga, logo que:

[...] o tema a que mais se deu destaque no cenário das denúncias, e que foi objeto da pressão exercida por diferentes entidades/instituições nacionais e internacionais, foi a prostituição infanto juvenil, que culminou na criação, em 1993, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto Juvenil pela Câmara Federal (Brasil, 1993-1994). [...] o tema da prostituição infantil, enquanto fenômeno social assim designado, emergiu da imprensa a partir da publicação, em julho de 1987, no jornal francês *Le Monde*, de um relatório sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no mundo, organizado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), (SANTOS & SOUSA, 2008, p. 45).

Segundo a ONU Mulheres, criada em 2010, uma entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com o intuito de promover a igualdade de gênero, não apenas como um direito humano inalienável, mas como um princípio central de desenvolvimento cultural, social, econômico, vem explicitando em suas análises de cunho humanitário, que o universo da prostituição, constata pilares elementares, que circunscrevem a desigualdade de gênero e as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e geracionais. E esses contextos, revelam o universo dos "prostituídos", que permeiam mulheres, homossexuais, transgêneros, rapazes, jovens e adolescentes, geralmente, de baixo nível socioeconômico, uma vez que no exercício da prostituição:

A mulher se torna destituída de si mesma, procura ancorar-se em um porto suspeito, turbulento, enganador e oscilante. O ancoradouro da mulher de costumes 'fáceis' torna-se um submundo imundo, um cenário de aventuras da existência e de feridas dissimuladas. Prostituir-se é como sequestrar-se a si mesma (FERRO, 1997, p. 18-19).

Segundo Braga (1982), uma das formas das adolescentes penetrarem no mundo da prostituição, é quando elas são iludidas pelo trabalho fácil e pelo dinheiro, porém, a ausência da instrução educacional e a desqualificação profissional, inviabilizam as jovens, ao acesso as oportunidades de emprego. Entretanto, a necessidade pela sobrevivência, é um fator que contribui para

grande parte dessa juventude feminina, optar pela prostituição como uma maneira de sobreviver e nessa situacionalidade, acabam por se envolver na drogadição.

Portanto, o desenvolvimento desse estudo com enfoque na educação, tem como objetivos refletir, descortinar e compreender, os processos educativos consolidados que levaram as mulheres integrantes do "Projeto Jornada da Ideia", deixarem o ramo da prostituição, e ainda, compreender como as ações socioeducativas de empreendimento sociolaboral, propostas por este projeto, podem desencadear o empreendedorismo das meninas, estudantes adolescentes, do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, a partir da participação destas, no "Projeto Jornada da Ideia", gerando a inclusão social destas, como um fator central para a emancipação social dessa população feminina, diretamente interligado com as relações sociais, com a comunidade, com a família e as vinculações de trabalho.

Dessa maneira se torna extremamente importante averiguarmos qual é a "relação com a realidade concreta, na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la" (FREIRE, 1977, p. 52), tendo em vista compreendermos quais são os fatores que levam essas pessoas a se prostituírem. E nesse sentido, Freire afirma "[...] que a educação deve estar [...] a serviço da seriedade da rigurosidade ética, da justiça, da firmeza do caráter, do respeito às diferenças, engajada na luta pela realização do sonho da solidariedade", (FREIRE, 2000. p. 17), para que possamos transformar o mundo ou deslocar-se nessa perspectiva, pois:

Na medida em que os homens, simultaneamente, refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção, vão também dirigindo sua "mirada" a "percebidos" que, até então, ainda que presentes ao que Husserl chama de "visões de fundo", não se destacavam, "não estavam postos por si" (...). O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se "destaca" e assume o caráter de problema, portanto, de desafio (FREIRE, 1970, p. 82).

Logo conjecturamos que, a realidade histórico-social condiciona a percepção dos riscos e os modos das pessoas se arriscarem para reverter a realizada que vivenciam. Assim, entre o medo e a ousadia, a educação está

como protagonista e determinante, para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de prostituição. Para Kohan (2010), a "educação é um caminho necessário, imprescindível para a emancipação individual e social". Em função disso, é por meio da educação que possibilidades de autonomia e melhoria das condições de sobrevivência, principalmente, das mulheres e meninas poderão ser concretizadas.

Nessa perspectiva, buscamos identificar e compreender sentidos atribuídos por essas mulheres, em relação aos saberes e aos processos educativos consolidados, que possibilitaram deixar o "lugar" de prostituir-se, para ocupar o lugar de empreendedoras, instruídas pela educação escolar-acadêmica, participantes de ações de formação socioeducacional e inovadoras que estão atreladas ao movimento da prática educativa, no "entendimento de que as pessoas se educam ao longo da vida, nas interações estabelecidas nas distintas práticas sociais de que tomam parte" (OLIVEIRA et al., 2014). Para evidenciar esse contexto, buscamos suporte na afirmativa de que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 7).

Sendo assim, o fazer dialógico não se volta ao ato de pesquisar, meramente, sobre certo grupo social, ele busca refletir sobre a leitura da realidade das mulheres e meninas adolescentes, participantes da pesquisa, percebendo os mecanismos de opressão que visam a excluí-las socialmente, em termos de gênero, para que se possa dar atenção às dimensões da violência sofrida por mulheres e meninas, desfavorecidas economicamente e educacionalmente, e sem amparo familiar, condições estas, que nos levam a refletir que "a educação torna-se um caminho para a cidadania das meninas", (SOUSA, 2021, p. 30), e suporte para banir as vulnerabilidades sociais.

Assim, as relações em termos de intertextualidade, com outras produções teóricas já existentes, na área de concentração em educação, especificamente, no que se refere, a educação como protagonista e determinante para a emancipação social de mulheres e meninas em situação de prostituição, particularmente no Brasil, ainda não se findou, há constatação de aspectos lacunares em estudos desenvolvidos, como o que é aqui proposto.

Portanto, essa pesquisa poderá ser aproveitada por todo um universo de educadores, desde a Educação Básica até no Ensino Superior, pelos responsáveis pela formulação das políticas públicas, ou seja, por todos os gestores dos poderes públicos, na esfera da Organização Governamental e no contexto das Organizações Não Governamentais (ONGs), que realizam ações para o empoderamento feminino e para se estabelecer liderança sociocomunitária, tendo em vista, à igualdade de gênero, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação, pois, é no "domínio da existência do trabalho, da cultura, da história e dos valores, que o ser humano vai experimentando a dialética entre determinação e liberdade" (FREIRE, 1981; 2003), fatores primordiais para se construir um futuro melhor para si e seus familiares.

Considerações finais

Os resultados esperados com o estudo proposto, do ponto de vista da pesquisa teórica, está em refletir e compreender como mulheres e meninas, em situação de vulnerabilidade e prostituição, em especial na cidade de Guarapuava (PR/BR), se inserem nos processos de formação educacional, para afirmar o seu valor, sua humanidade, contrapondo-se aos dispositivos que tentam relegá-las à invisibilidade e a negar sua existência, que vai desde as violações dos direitos humanos, violência sexual e de gênero.

A construção de um panorama de acesso a educação, como protagonista e determinante para a emancipação social e empoderamento de mulheres e meninas, em situação de vulnerabilidade e prostituição, é fundamental na pesquisa, para o entendimento das especificidades estudadas e dos dados levantados, para melhor aprofundamento da questão e preenchimento de lacunas, a fim de contribuir para a construção do conhecimento sobre a temática.

Considerando o contexto da pesquisa e seu desenvolvimento ainda em trâmite, é fundamental destacarmos que a intencionalidade está em compreendermos se as ações educativas desenvolvidas pelo "Projeto Jornada da Ideia", possibilitam a emancipação social de mulheres e meninas, em situação de prostituição, auxiliando o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança necessárias, capazes de impulsioná-las, ao engajamento na busca por seus direitos.

Outrossim, refletir se as atividades educativas organizadas em virtude da aplicabilidade do "Projeto Jornada da Ideia", são ações capazes de impulsionar iniciativas empreendedoras, para que mulheres e meninas deixem ou evitem, o ramo da prostituição, serão otimizadas no contexto dessa pesquisa. Dessa forma, observar se o contexto de empobrecimento e miserabilidade social, tem propiciado um incremento significativo da prostituição na adolescência, no Bairro Primavera e Bairro Xarquinho.

Objetiva-se, portanto, com esse estudo em tela, despertar a atenção da sociedade em geral, para a problemática de inúmeras adolescentes muito jovens no campo da prostituição, como também, trazer subsídios para contribuir no desenvolvimento de novas investigações sobre essa temática, salientando, a importância da educação como protagonista e determinante para a emancipação social feminina, visando também, suspender preconceitos, discriminação e estereótipos.

Intenciona-se contribuir e também incentivar, que as adolescentes estudantes do Colégio Estadual Leni Marlene Jacob - Ensino Fundamental e Médio, e do Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio, possam participar do "Projeto Jornada da Ideia", interagindo com todas as pessoas participantes do projeto, com intuito de descortinar e entender se os processos educativos consolidados pelo projeto são exitosos, com a intencionalidade de detectar as causas mais frequentes que as mulheres e as meninas do estudo, referem-se como as razões para se prostituírem.

Partindo dessa abordagem, espera-se com este trabalho contribuir com a reflexão de que a educação é o caminho para a cidadania e a emancipação social do ser humano. Entretanto, é necessário a formulação de políticas públicas, empenho dos líderes de governos, empresas e comunidade em geral, para que a educação se torne tema central de investimentos e otimização de ações na sociedade contemporânea.

Referências

- BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BRAGA, J. M. F. Prostituição e moral: evangelização libertadora versus pecado social. In: ÂNGELO, A. et al. A prostituição em debate. São Paulo: Paulinas, 1982. Cap.7, p. 59-76.

- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento de educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, v. 6, p. 51-62, jan./dez; 2007.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB, Lei nº.: 9394/96. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 22 set. 2021.
- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CASTILHO, E. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? In: *Cadernos Pagu*, n.31, pp. 101-123, jul/dez, 2008.
- CTP, Cilla Tech Park. Disponível em: <https://cillatechpark.com.br/>. Acesso: 18 set. 2021.
- FIORI, E. M. Conscientização e educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 11, nº.: 1, p. 3-10, jan./jun. 1986.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção O Mundo Hoje, v. 24, 1977.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Política e educação: ensaios*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Pedagogia da Indignação*. Editora Unesp, São Paulo, 2000.
- FERRO, E. P. *Prostituição e romance*. Goiânia: UCG, 1997.
- GOMES, R., MINAYO, M. C. de S., FONTOURA, H.A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde . *Rev. Saúde Pública*, [online]. 33(2): 2-9, 1999. Disponível em: www.abmp.org.br/textos/343.htm>. Acesso: 05 jan. 2023.
- IMPERIANO, R. L. et al. Exploração sexual feminina de adolescentes. 2004. Trabalho apresentado ao 7º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, 2004, Fortaleza. 2004. p. 1-20.
- KOHAN, W. O.; et al. Explorando O Ensino. Ministério da Educação. Brasília. V. 14, 212 p. 2012.
- LEITE, G. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MARTIN, D. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: Fapesp, 2003.

Manzini, E. J. Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In Anais do Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, Bauru, SP, Brasil, 2, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso: 22 set. 2021. Acesso: 22 set. 2021.

MOLINA, A. M. R. Algumas linhas discursivas sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes e a prática de agentes sociais no seu enfrentamento. *Revista Ludere*, v. 1, p. 1-18, 2015.

_____. O governo de menores de idade em relação à prática da prostituição: os discursos de agentes sociais. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar: 2014.

_____. Notas sobre o nível de escolaridade entre pessoas profissionais do sexo. Instrumento: *Revista de estudo e pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 23, nº. 4, p. 940-958, set./dez. 2021. ISSN 1984-5499. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/30199-Texto%20do%20artigo-152421-1-10-20211230.pdf>. Acesso: 05 jan. 2023.

OLIVAR, J. M. N. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

OLIVEIRA, M. W. et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, F. R. (orgs). *Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação*. São Carlos: EdUFSCar, pp. 29-46, 2014.

ONU. *Mulheres Brasil*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 20 set. 2021.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/unesco>. Acesso: 22 set. 2021.

_____. *Convenção Sobre os Direitos da Criança*. Fundo das Nações Unidas Para a Infância e Adolescência, Unicef. 2018, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso: 05 jan. 2023.

SUCHODOLSKI, B. *A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas*. 3ª edição, Livros Horizonte, 1984.

REBOLHO, A. C. F.; FERNANDES, S. A. S. Exploração sexual de menores e o papel da instituição escolar. 2020, p. 123-135. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/Artigo+10+Ana+Rebolho+final%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/Artigo+10+Ana+Rebolho+final%20(1).pdf). Acesso: 05 jan, 2023.

SALIBA, M. G. O olho do poder: análise crítica da proposta do estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

SPINK, M. J. Paris et al. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos". *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 21, nº. 1, 2008.

SANTOS, J. V., SOUSA, S. M. G. Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público. Goiânia: Cãnone, 2008.

SOUSA, G. A. A educação como caminho para cidadania das meninas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, p. 27-35. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleo.doconhecimento.com.br/educacao/cidadania-das-meninas>. Acesso: 04 jan. 2023.

UNICENTRO. Programa de Pós-graduação em educação. Linhas de Pesquisa. Linha 1 – Políticas Educacionais, História e Organização da Educação. Disponível em: <https://www2.unicentro.br/ppge/linhas-de-pesquisa/>. Acesso: 10 set. 2021.